

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CST GESTÃO DE TURISMO**

BEATRIZ DA SILVA LIMA

**Turismo de base comunitária e Etnoturismo: Um estudo sobre a aldeia Javaé
Boto Velho na Ilha do Bananal, Tocantins.**

PALMAS

2018



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS**

CAMPUS PALMAS

CST GESTÃO DE TURISMO

BEATRIZ DA SILVA LIMA

**Turismo de base comunitária e Etnoturismo: Um estudo sobre a aldeia Javaé
Boto Velho na Ilha do Bananal, Tocantins.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção
do Título de Curso Superior Tecnólogo em Gestão de Turismo do Instituto
Federal de educação, ciência e tecnologia do Tocantins, Campus Palmas.
Orientador: Prof.^a MSC. Ana Jaimile Cunha

PALMAS

2018

Lima, Beatriz Silva.

Turismo de base comunitária e Etnoturismo: Um estudo sobre a aldeia Javaé Boto Velho na Ilha do Bananal, Tocantins / Beatriz da Silva Lima. – Palmas-Tocantins, 2018. 50 f.

Monografia (CST em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas, 2018.

Orientador: Prof. Msc Ana Jaimile Cunha

1. Turismo de Base comunitária. 2. Etnoturismo. 3. Ilha do Bananal. 4. Povos Indígenas.

BEATRIZ DA SILVA LIMA

**Turismo de base comunitária e Etnoturismo: Um estudo sobre a aldeia Javaé
Boto Velho na Ilha do Bananal, Tocantins.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito
para obtenção do Título de Curso Superior Tecnólogo em
Gestão de Turismo do Instituto Federal de educação, ciência e
tecnologia do Tocantins, Campus Palmas.
Orientador: Prof.^a MSC. Ana Jaimile Cunha

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA AVALIADORA

Prof. Mestre Ana Jaimile Cunha (Orientadora)
IFTO - Campus Palmas

Prof. Mestre Jaci Câmara de Albuquerque
IFTO - Campus Palmas

Prof. Camile Azevedo Cunha
IFTO - Campus Palmas

Resumo

A pesquisa mostra o turismo de Base Comunitária como indutor de benefícios à comunidade. Propondo-se um estudo da Ilha do Bananal e especificamente da aldeia Javaé Boto Velho, Verificando-se até que ponto da realidade da aldeia há viabilidade de implantar o turismo de base comunitária na aldeia. Haja vista seu potencial para a prática no local. Utilizou-se nos procedimentos metodológicos a abordagem qualitativa tanto para o tratamento de dados, como também pela abordagem crítica, Com a utilização de pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada direcionada á comunidade indígena Boto Velho como aos órgãos públicos Funai e Seden. Os resultados da pesquisa além de ter identificado um projeto em andamento representado pelos órgãos do estado do Tocantins direcionados á comunidades indígenas da ilha do bananal, mostram também que ao mesmo tempo em que na aldeia como na Ilha do Bananal há possibilidade para o desenvolvimento da atividade, podendo resgatar suas vivências, festas culturais, resgatando o que é produzido na comunidade para exposição externa, na qual oportunize aos visitantes conhecerem a história da aldeia. Precisam aprimorar as dificuldades encontradas, como a ausência de políticas e planos locais direcionados a aldeia, falta de qualificação e apoio em relação ao turismo, preservação de recursos naturais, infraestruturas básicas como principal fator. Mas acredita-se que estas dificuldades podem ser revertidas por meio de um comprometimento tanto do setor público, como principalmente o protagonismo da comunidade por meio de um planejamento cooperativo, que envolvam ações concretas direcionadas as necessidades básicas e turísticas, já que na aldeia a administração local pouco tem feito pela aldeia.

Palavras-chave: Turismo de Base comunitária, Etnoturismo, Ilha do Bananal, Povos Indígenas.

Abstract

The research shows community based tourism as an inducer of benefits to the community. Proposing a study of Bananal Island and specifically the village Javaé Boto Velho, It is verified to what extent of the reality of the village there is feasibility of implementing community-based tourism in the village. Let's see your potential for on-the-spot practice. The qualitative approach was used in both the data processing and the critical approach, using bibliographic research and semi-structured interviews directed to the Boto Velho indigenous community and to the public agencies Funai and Seden. The results of the research, besides having identified an ongoing project represented by the state organs of Tocantins directed to the indigenous communities of the banana island, also show that at the same time as in the village as in Bananal Island there is possibility for the development of the activity , can rescue their experiences, cultural festivals, rescuing what is produced in the community for external exposure, in which visitors can learn the history of the village. They need to improve the difficulties encountered, such as the absence of local policies and plans aimed at the village, lack of qualification and support in relation to tourism, preservation of natural resources, basic infrastructure as the main factor. But it is believed that these difficulties can be reversed through a commitment of both the public sector and mainly the protagonism of the community through a cooperative planning, involving concrete actions directed to the basic needs and tourist, since in the village the administration local has done little by the village.

Key words: community-based tourism, indigenous ethnic tourism, Ilha do Bananal, indigenous peoples.

Lista de Siglas

MTUR – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização não-governamental

TBC – Turismo de Base Comunitária

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

SEDEN – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura do Estado do Tocantins.

TIs – Terras Indígenas

WWF – World Wide Fund

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MMA – Ministério do Meio Ambiente

APA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

UC's – Unidades de Conservação

PIB – Produto Interno Bruto

REDTURS – Rede de Turismo Sustentável da América Latina

TURISOL – Rede brasileira de turismo solidário e comunitário

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 Segmentações de mercado no turismo	13
2.2 Sustentabilidade x Turismo de Massa	14
2.3 Turismo de base comunitária: conceitos e definições.....	16
2.4 Turismo em terras indígenas.....	23
2.4 Ilha do Bananal, Tocantins.....	26
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	28
3.1 Instrumentos e Fontes de Pesquisa	29
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
4.1. Identificação das comunidades tradicionais da ilha do bananal	30
4.1.1 Caracterização das comunidades indígenas da Ilha do Bananal e sua relação com o turismo	30
4.2. Condições pré-existentes para o Turismo na aldeia Boto Velho	33
4.2.1 Economia e cultura.....	34
4.2.2 Infraestrutura básica	35
4.2.3 Acessibilidade e infraestrutura turística	37
4.2.4 Projeto de turismo de base comunitária nas aldeias da Ilha do Bananal.....	38
4.3. Orientações para o turismo de Base Comunitária na aldeia Boto Velho	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE	

1. INTRODUÇÃO

O turismo na atualidade está cada vez mais ganhando destaque no Brasil e no mundo. Conforme a OMT organização mundial do turismo (2014 apud SILVA, 2015, p.35), "o turismo fica atrás apenas da indústria petrolífera e seus derivados".

Verifica-se que este setor é capaz de influenciar fatores econômicos e sociais, trazer mudanças e oportunidades de desenvolvimento em uma determinada região ou até mesmo em comunidade local. Portanto sabe-se que a atividade turística pode trazer vantagens a um determinado local, e/ou comunidade, mas também pode acarretar impactos negativos que resultam em desequilíbrios ambientais, sociais entre outros, isso ocorre por sua vez, da prática do turismo que muitas vezes acontece de forma desenfreada (FREIRE, 2013).

Diante disso, de acordo com Freire (2013) surgem propostas que concebem a atividade turística sob uma ótica alternativa, onde gere menos impactos ao meio ambiente e as comunidades locais. Isto posto, nasce o turismo de base comunitária (TBC), na qual segundo Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p.86) esse tipo de turismo "busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar".

Considerando que o TBC tem em seu cerne relação com a valorização conservacionista do meio natural e da identidade cultural, gerando benefício para a comunidade, além de possuir parâmetros para atender questões de busca pelo desenvolvimento sustentável sendo o mesmo atual discurso que passou a ser destaque no Brasil e mundo.

Sabe-se que no Brasil há organizações comunitárias que desenvolvem projetos de TBC como é o caso da Reserva Extrativista de Curralinho, em Pedras Negras, Rondônia, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá no Amazonas, na Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás; nos quilombos próximos ao Parque Nacional do Jalapão no Tocantins, entre outras. (SANSOLO e BURSZTYN, 2009).

Em uma publicação do próprio Ministério do Turismo (BRASIL, 2010 apud BRANDAO 2014 p. 12-13) desenvolveu-se um material, na qual o tema sendo

embasado em várias instituições que definem o TBC, como: a *World Wide Fund for Nature* (WWF) - Brasil; o Projeto Bagagem; a Rede de Turismo Sustentável da América Latina (RedTurs). Desde 2008 o Ministério do Turismo (MTur), passou a reconhecer institucionalmente a existência do Turismo de Base Comunitária ao publicar o edital MTur nº 001/2008.

No Tocantins observa-se presença de diversos povos e comunidades tradicionais como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco-babaçu, e outros. Dessa forma o Tocantins abriga comunidades com características e potencial para a prática de turismo comunitário, e que podem ser exploradas como possíveis futuros destinos de Turismo de Base Comunitário. Algumas destas comunidades já trabalham com o turismo, apesar de o processo ainda está ocorrendo de forma lenta, cuja visita possibilita a vivência da cultura local, e ganho econômico para os anfitriões, como exemplo algumas tribos indígenas Karajá e Javaé localizadas na região de Ilha do Bananal, e os povoados quilombolas de Jalapão.

No que tange os povos indígenas, as tribos vislumbram por meio da atividade turística possibilidades de amenizar as desigualdades sociais, econômicas e afirmar a sua cultura, demandando aos órgãos públicos pensar na possibilidade de implantação da atividade turística em terras indígenas, mais precisamente aos segmentos que coincidem a ideologia de turismo de base comunitária (SILVA, 2015, p.15). Portanto se debate o turismo em comunidades tradicionais, dando ênfase nos territórios indígenas da ilha do bananal na qual muitas aldeias do local veem a atividade como alternativa benéfica.

Contudo, o TBC no Tocantins e especificamente na Ilha do Bananal ainda acontece de forma muito insipiente. Para uma possível implantação e desenvolvimento desse tipo de turismo é necessário que haja planejamento, e a comunidade precisa demandar e estar preparada, além de requerer apoio de órgãos do trade turístico, iniciativa privada e órgãos públicos.

Dessa forma é imprescindível falar sobre a inserção e possibilidades de implantação desse tipo de turismo nas comunidades, haja vista como a atividade turística pode contribuir para etnias indígenas e não excluindo as comunidades tradicionais em geral.

A Ilha do Bananal é a maior ilha fluvial do mundo, na porção centro-sul da ilha do Bananal ainda é encontrado o parque indígena do Araguaia com aproximadamente 1.360.000 de extensão. Abriga aldeias como Boto Velho, Santa Izabel do morro, Waotiyala, WariWari, Macaúba, Fontoura que habitam o entorno do município de Lagoa da Confusão (Plano de desenvolvimento do turismo em Lagoa da Confusão, 2015). Conhecida por ser um polo de ecoturismo através do parque do Cantão, possui uma diversidade de ecossistema possibilitando a prática de ecoturismo no local.

Observa-se que apesar de ter potencial devido à ilha apresentar comunidades indígenas, e com vários aspectos que se interligam ao turismo de base comunitária, essa modalidade ainda é insipiente e desconhecida no Tocantins como um todo e especificamente na Ilha do Bananal. Percebe-se que são quase inexistentes iniciativas de implantação desse tipo de turismo, apesar de haver proposta já existente estando em fase inicial está longe de configurar política de estímulo e estruturação.

Uma das questões de nível nacional que pode ser levantada no Tocantins e nas comunidades indígenas da ilha do Bananal é o fato de muitas comunidades ainda enfrentarem por uma realidade severa de pobreza e isto está diretamente ligada a problemas sociais, carência de infraestrutura, serviços básicos, formação profissional (MALDONADO, 2009). Considerando que isso restringe as comunidades mantendo-as excluídas do mercado turístico e tornando um obstáculo também podendo significar falta de apoio ou desconhecimento por parte do governo para possíveis iniciativas de projetos do segmento na localidade.

Diante desse contexto, levanta-se o questionamento pertinente a análise do turismo de base comunitária na Ilha do Bananal sendo esta: Como o turismo de base comunitária pode ser viabilizado na aldeia Boto Velho na Ilha do Bananal do Tocantins?

Assim delimitou-se como objetivo geral analisar a viabilidade de implantação do turismo de base comunitária na Ilha do Bananal, e por conseguinte, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Identificar as comunidades tradicionais da Ilha do Bananal, Verificar a estrutura existente para implantação do turismo, e estabelecer caminhos que viabilizem a implantação do turismo de base comunitária.

Portanto não há dúvidas que turismo contemporâneo se mostra como um dos segmentos da economia que mais cresce no Brasil e no mundo, o que pode trazer benefícios às comunidades tradicionais. Entretanto pode acarretar também riscos e problemas no fator social, ambiental. Diante disso há de existir uma prática turística mais sustentável a fim de não gerar impactos negativos tão grandes ao ambiente e essas comunidades, e é o caso do turismo de base comunitária. De acordo com Freire (2013, P.13) “os estudos sobre turismo de base comunitária defendem a ideia de que aliar a realidade de determinada região a este tipo de turismo constitui uma maneira sustentável de incitar o desenvolvimento local (...)”.

A Ilha do Bananal junto as comunidades indígenas como a aldeia Boto velho residente da ilha tem potencial para atividades turísticas, logo há de se afirmar a sua importância no turismo. Mesmo está ainda está dando seus primeiros passos dentro do cenário turístico.

Verifica-se a inexistência de dados mais aprofundados sobre o turismo de base comunitário em comunidades indígenas da ilha do bananal do Tocantins. Logo focar nesse estudo é uma maneira de compreender o turismo de base comunitária e identificar a existência da mesma em comunidades indígenas de ilha do bananal. Além do TBC como possível atividade nas comunidades, e consequentemente a fomentação da região de Ilha do Bananal. Além disso, é uma investigação que se relaciona à sustentabilidade, cultura e turismo.

Além do mais mostrar a importância do turismo de base comunitária em terras indígenas (Tis), não se enquadrando apenas como um segmento, pois segundo Mielke; Pegas (2013 p.186) “Trata-se de um instrumento de combate à pobreza e capacitação social através do desenvolvimento de relações comerciais envolvendo a atividade turística”. E também a pesquisa será um meio de atingir não só o público acadêmico, mas para aqueles que tiverem interesse em vivenciar a partir de viagens a valorização do contato rico em cultura que esses povos podem oferecer.

2. Fundamentação teórica

2.1 Segmentações de mercado no turismo

Um dos primeiros autores a estabelecer definição à segmentação de mercado foi Smith em 1956, A partir dele com os anos surgiram novos autores e conceitos. Conforme Fernandes e Coelho (2002, p. 167 apud MEDAGLIA, MAYNART, SILVEIRA, 2013, p.58) a definição de mercado é “como toda organização ou lugar por meio do qual, de um lado, compradores e, de outro, vendedores de um bem ou serviço realizam negócios de vendas, compra ou troca”. Na qual pode ser tanto mercado físico como mercado na qual a compra se efetua online por intermédio da internet o que ocorre comumente no turismo, onde se vende com as imagens do produto turístico. Já o mercado turístico é conceituado por Lage e Milone (2000, p. 29 apud MEDAGLIA, MAYNART, SILVEIRA, 2013) como conjunto da demanda turística e da oferta dos bens e serviços turísticos onde se tem a busca da satisfação dos gostos e necessidades do consumidor desse mercado.

O mercado do turismo é heterogêneo em relação aos seus consumidores, logo justifica a diversificação por parte das empresas fornecedoras dos bens e serviços turísticos por meio da criação de segmentos, na qual Ansarah (1999) explica que a segmentação de mercado é um passo para a obtenção da satisfação dos desejos do cliente, com produtos mais direcionados ao seu perfil. Ainda segundo a autora Ahsarah, percebe-se uma “mudança de comportamento e desejos do turista, que variam com gostos específicos tendo que haver a segmentação de mercado”. Medaglia, Maynart, Silveira (2013) explica que a segmentação de mercado é a estratégia de marketing que segmenta pessoas que tem desejos e necessidades similares, compondo o público alvo e assim facilita e proporciona melhor satisfação do cliente/ turista. O Ministério do turismo expõe que a segmentação se entende dentro do turismo como uma forma de organização a fim de planejamento, mercado e gestão. Na qual os segmentos turísticos podem se classificar a partir de elementos de identidade da oferta e das características e variáveis da demanda.

Nesse sentido, com o aumento de consumo de produtos turísticos consequentemente novos produtos surgem para atender cada vez mais os turistas.

As empresas e consumidores estão cada vez mais exigentes em busca de novos caminhos para o mercado turístico. Assim como Irving (2009, p.109) afirma também que há “uma mudança sutil no perfil de turistas, conectados progressivamente com os temas da responsabilidade social e ambiental”. Consequentemente com a modernidade e desenvolvimento de tecnologia, de novos costumes, valores culturais e hábitos emergentes as viagens foram crescendo sofisticando-se e se adequando as novidades demandada pelos consumidores e oferecida pelos ofertadores (LAGE; MILONE, 2000 p. 26).

O turismo utiliza de forma direta o meio natural, tentando assim trabalhar e aliar-se ao atual debate de desenvolver a atividade de forma sustentável, nesse sentido por meio de uma demanda que buscava um turismo mais conservacionista, começou a surgir novas definições e segmentar á atividade. Que logo se resultou em alguns segmentos como ecoturismo, turismo rural, cultural, étnico ou etnoturismo, turismo de base comunitária.

2.2 Sustentabilidade x Turismo de Massa

Sabe-se que o turismo pode ocasionar impactos negativos e positivos á uma determinada comunidade quando feito de forma desordenada. O mesmo feito de forma negativa prejudica não só o meio ambiente como se transforma em fator de destruição da cultura da comunidade. (DONAIRE, 2000, p.81).

Atualmente com muitas pautas relacionadas à sustentabilidade do meio natural para sua utilização responsável e consciente, se busca um tipo de turismo a fim de preservar, conservar e minimizar impactos ambientais, na qual evita-se o turismo de massa nocivo.

Em 1990, “O marco histórico do surgimento do turismo sustentável foi a Conferência Globo 90, realizada no Canadá, sobre turismo e sustentabilidade”. Onde uma das metas sugeridas dirige-se a “[...] melhorar a qualidade de vida da comunidade anfitriã”. (PINTO, 2007 p.17). Portanto o turismo sustentável deve se firmar na sustentabilidade dos recursos naturais e “perpassar todos os segmentos do turismo, desde turismo de massa até o ecoturismo (PINTO, 2007)”. Desse modo o TBC se enquadra nessa perspectiva da sustentabilidade.

Pois hoje o turismo está marcado por aspectos que resultam de debates que buscam priorizar a sustentabilidade da atividade, os discursões do assunto realizadas no Brasil e mundo passaram á interliga-lo a prática turística. Tendo como viés a relação de ambas na conservação dos recursos naturais e culturais, no desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e sua participação em todas as etapas do processo de planejamento e implantação de projetos.

Entretanto a sustentabilidade não se remete apenas a lógica ambiental, para Ministério do turismo (2007 P.24) “a sustentabilidade depende fundamentalmente de planejamento e da maneira como se levam em conta os quatro princípios que a sustentam: ambiental, econômico, sociocultural e político-institucional”.

A atividade turística foi fortemente influenciada pelo modelo fordista de produção em consumo, promovendo o denominado turismo de massa, principalmente no segmento de sol e praia (TORRES, 2002 apud CORBARI; BAHL e SOUZA, 2016, p.51).

O turismo de massa foi sendo questionado por grupos de turistas que desejavam viagens acessíveis e que atendessem seus desejos específicos. Deve-se enfatizar que o turismo de massa possui suas vantagens, como soma de receitas para um local ou região, mas ao contrário disso, segundo Neto (2000, p.181) esse tipo de turismo pode trazer problemas para comunidades facilmente influenciáveis.

Segundo o mesmo autor, O turismo de massa deve ser evitado, pois ele desenvolvido sem controle, traz elementos não preservacionistas e ocasiona desvalorização da identidade cultural.

Hoje o desenvolvimento turístico deve contemplar padrões associados ao mercado global, no entanto, aspectos locais devem ser pensados como estratégias diferenciais, além de proporcionar melhorias de qualidade de vida. (NÓBREGA, 2013, p.92 apud SILVA, 2015, p. 41).

Dessa forma o turismo de massa praticado em vários locais, na qual, se busca resultados econômicos rápidos sem a devida preocupação com a estrutura ambiental do local, das comunidades residentes, e de toda a questão sociocultural, encontra-se um perfil de turista que busca fugir da rotina, viajar a lugares

superlotados, onde o consumo do produto turístico é pré-estabelecido em folhetos de publicidade. Para Espínola e Andrade (2014, p.127) “o turismo de massa segue as mesmas regras do mercado e racionalidade capitalista, onde transporte, cultura, tudo vira mercadoria”. Logo há o contraponto desse modelo considerado convencional na qual se observa que o perfil do turista é distinto ao modelo alternativo á qual foca na redução de pobreza de muitas comunidades, inclusive de aldeias indígenas (FALCÃO; CASTILLO; OLIVEIRA 2015).

2.3 Turismo de base comunitária: conceitos e definições

O turismo é uma atividade capaz de trazer melhorias, oportunidades e visibilidade para uma região ou até mesmo a comunidades tradicionais. Porém na prática, contudo, é invasora e exigente, frequentemente geram graves efeitos negativos.

Devido esse pressuposto estrutura-se uma alternativa de turismo capaz impor limites e que gerem menor impacto a natureza e aos receptores, tendo em vista menor infraestrutura e serviços buscando a valorização do vínculo nos ambientes naturais, sociais e da cultura de cada local, um tipo de turismo alternativo chamado de turismo de base comunitária. Este no cenário internacional se firma como um segmento que traduz estímulo na atividade econômica local, o que permite que muitos residentes abram suas casas para recepcionar turistas, na qual o intuito é no vínculo sociocultural da comunidade.

O TBC passou a ser uma atividade positiva para as comunidades locais, já que visa trabalhar com os arranjos locais e buscar uma demanda diferenciada do turismo de massa, visando um turismo mais consciente e responsável. (SILVA, 2015, p.43).

Em diversos países já se evidenciam a prática do turismo de base comunitária, um caso de exemplo é de um país sul-americano, Bolívia em 2006, lançou seu Plano Nacional de Turismo integralmente dedicado ao fomento do turismo comunitário (Bolívia, 2006 apud BURSZTYN et al., 2009, p.88). Outro exemplo de destaque é a rede de turismo de base comunitária da América Latina Redturs que agrupa 12 países com essa iniciativa. A constituição dessas redes internacionais, nacionais, ajuda na troca de informações e experiências e contribui para o estímulo e até fomentação da atividade.

No seu trabalho no livro “Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras”, os autores Sansolo e Bursztyn (2009) encontraram em um breve levantamento bibliográfico de diversos autores em todo o mundo que aborda a relação entre o turismo e as comunidades locais que recebem o turismo.

O governo Boliviano compreende o turismo de base comunitária como:

Um modelo alternativo de gestão turística, endógena e autônoma, dirigido pelas organizações comunitárias, rurais e indígenas, no marco da diversificação econômica de seus sistemas produtivos e da administração integral do envolvimento em seus territórios originários. (BOLÍVIA, 2006 apud Sansolo; Bursztyn, 2009, p. 146).

A ONG internacional World Wild Found (WWF) destaca o conceito como:

Uma forma de ecoturismo onde a comunidade local tem controle substancial e envolvimento no seu desenvolvimento e gestão, e a proporção maior dos benefícios permanecem na comunidade. (ONG WWF- internacional 2001 apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p.146).

No Brasil segundo o caderno de Mtur: Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária, teve em meados dos anos de 1990 no país as primeiras experiências no que se tratava turismo de base comunitária por organizações não governamentais e pesquisadores da temática como emissários das iniciativas de turismo de base comunitária, Logo em 2008, segundo Sansolo e Bursztyn (2009) o ministério do turismo reconheceria existência de iniciativas de TBC como fenômeno socioeconômico em algumas regiões do país, ao publicar um edital de fomentação da prática.

O Ministério do Turismo que é um dos principais órgãos fomentadores do turismo nacional, em 2008 através de seu edital construíram o conceito do turismo comunitário a fim de promover experiências de TBC, e colocar o segmento como roteiro. Com o lançamento do edital de chamada pública fez-se seleção de projetos de reconhecimento de atividades de turismo comunitário e através de apoio financeiro fomentar a iniciativa, inicialmente foram selecionados 50 projetos espalhadas por UF, um desses projetos situados na região norte do país foi o Plano de Apoio ao Turismo de Base Comunitária em Taquaruçu – TO que tem como preponente a prefeitura municipal de Palmas no Tocantins. Ainda conforme os autores, No país duas redes que merecem destaque é a Turisol (rede brasileira de

turismo solidário e comunitário) e a rede Tucum que é Cearense, também de turismo solidário e comunitário. Elas são pioneiras e incentivadoras do turismo comunitário no país.

O turismo de Base comunitária ou também chamado de turismo comunitário, solidário, de conservação, além de ter sido conceituado pelo ministério do turismo, também foi definido por instituições como exemplo a WWF Brasil, e por diversos autores que desenvolveram trabalhos voltados ao TBC como, Carlos Maldonado, Marta Azevedo Irving. Assim destaca-se o conceito abordado pelo Ministério do turismo (2008), Maldonado (2009), Irving (2009) respectivamente:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e, principalmente, protagonizada pelas comunidades locais, visando a apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (Mtur, 2008 apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 145).

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é a sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida. (MALDONADO, 2009, p.31).

Turismo de base comunitária tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que, por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento (IRVING, 2009, p. 111).

Dentre um grupo preponderante de conceitos e definições do turismo de base comunitária pode-se destacar as semelhanças em relação à geração de vantagens diretas para comunidade receptora sendo uma alternativa econômica e sustentada na proteção e valorização ambiental e cultural. Esse modelo aborda que o modo de vida do local é a principal motivação de visitação, onde há uma troca de experiência entre o turista e a comunidade. Além disso, prevê oportunidades para ambos, onde o visitante conhece novas culturas e a comunidade local se beneficia com as oportunidades econômicas, desenvolvimento local e também pelo “intercâmbio cultural”, sendo a comunidade a gestora principal (Souza; Santana, 2015, p.2). No Brasil ao considerar a diversidade de conceitos e definições Irving

(2009) aponta as similaridades sobre o entendimento do turismo de base comunitária:

- A participação e protagonismo da comunidade protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos: A participação social da comunidade é importante para identificação do problema que norteia o local, da demanda a serem incluído em projetos de TBC, incentivando a co-responsabilidade engajando o tempo necessário para desenvolvimento e os diversos atores.
- Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local: A própria comunidade tem que ter iniciativa e a motivação e expressar suas demandas e desejos dos grupos locais. Mesmo atores externos como possam também ser indutores do processo.
- Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados: Por ser uma atividade com uma proposta alternativa de fazer turismo, na qual que se contrapõe em relação á gerações de receitas do turismo de massa, interliga a sustentabilidade e questões sociais pra manter a qualidade do destino e também a atividade a longo prazo.
- Afirmação cultural e interculturalidade: Valorização cultural é fundamental no turismo de base comunitária, não só no parâmetro de mercado, mas nas questões de pertencimento e identidade local.
- Benefícios diretos à comunidade: este se apresenta ao turismo de base comunitária com suma importância, onde as Iniciativas dessa atividade devem assegurar que recursos advindos do turismo sejam aplicados em projetos que objetivem a melhoria da qualidade de vida das comunidades, considerando as demandas locais e de alcance coletivo.
- O “encontro” como condição essencial: O vínculo, troca no sentido de aprendizagem e compartilhamento mútuo entre os que recebem e os turistas.

Dessa forma essas vertentes relevantes dentro do turismo comunitário para ser realmente feitas de maneira satisfatória, minimizando os impactos negativos e maximizando os positivos requer planejamento e ordenamento assim como em qualquer outra prática.

Entretanto em regiões do país, devido esse crescimento desordenado, fez sobressair os impactos negativos.

Por se tratar de comunidades, que muitas vezes estão inseridas em realidades com altos índices de pobreza e baixo índice de desenvolvimento humano, estas restrições estão diretamente ligadas a problemas sociais, como déficit na educação, formação profissional, serviços básicos de saúde e carência de infraestrutura (MALDONADO, 2009 apud FREIRE 2013, p. 60-61).

Portanto esses impactos são ainda mais visíveis nas localidades de classe social baixa, onde o turismo se apresenta como alternativa de qualidade de vida social, mas se torna um problema às condições social.

Assim, pensar no desenvolvimento e implantação do turismo comunitário é não ignorar a existência de dificuldades, pois apesar de ser um turismo considerado alternativo exige-se uma infraestrutura e ordenamento, por isso tem uma necessidade de investimento que possibilite não só o desenvolvimento de oferta turística para atender turistas, mas acima de tudo atender a própria comunidade.

Mesmo com vários pontos positivos podem-se notar algumas deficiências na oferta de turismo de base comunitária que ainda iteram nos dias conforme Maldonado (2009) lista:

Quadro 1. Deficiências da oferta do turismo comunitário

1.	Oferta dispersa e fragmentada, carente de estruturas e mecanismos regulares de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la. Apesar das vantagens das parcerias serem percebidas, os esforços empreendidos ainda são insipientes e pouco sistemáticos.
2.	Escassa diversificação dos produtos turísticos cujos componentes são baseados exclusivamente em fatores naturais e herdados, ainda que exista potencial e vontade para empreender inovações que superem o mimetismo predominante.
3.	Gestão profissional limitada, tanto operacional como gerencial dos negócios; as tendências e o funcionamento da indústria do turismo são desconhecidos. As aspirações das comunidades de acesso a serviços de informação e capacitação permanecem amplamente insatisfatórios.
4.	Qualidade heterogênea dos serviços, com predominância de qualidade média e baixa. A competência aguda com outras empresas tende a resolver-se somente a curto prazo e através da baixa de preços.
5.	Posicionamento incerto e imagem pouco divulgada do turismo comunitário em mercados e segmentos dinâmicos: a promoção e comercialização são realizadas, geralmente, por meios rudimentares, individuais e diretos. 6. Participação marginal ou subordinada de mulheres e suas associações na concepção e condução de projetos turísticos e, conseqüentemente, na captação de benefícios.
6.	Participação marginal ou subordinada de mulheres e suas associações na concepção e condução de projetos turísticos e, conseqüentemente, na captação de benefícios.
7.	Deficiência de mecanismos de informação, comunicação e organização comercial: a fraca representação e capacidade para negociação com outros agentes da cadeia turística não permite a tomada de decisões estratégicas, além do horizonte diário.
8.	Déficit notável de serviços públicos: rodovias, eletricidade, água potável, saneamento ambiental e esgoto, comunicação e sinalização turística. As comunidades não são capazes de conduzir estes custos; isto é responsabilidade dos governos locais ou nacionais.

Fonte: NETCOM, 2006 apud Maldonado (2009): adaptado.

A correta implantação do turismo de base comunitária em um determinado local ou comunidade precisa do envolvimento dos residentes em todo o processo de planejamento e tomada de decisões, e é fundamental para auxiliá-los, iniciativas de órgão público, privados e do trade turístico. Salienta-se que o protagonismo e envolvimento da comunidade são de suma importância em empreendimentos ligados ao turismo comunitário, pois resulta em sucesso (Fortunato; Silva, 2013). Desta forma os mesmos autores falam da importância da compreensão dessas iniciativas na questão da participação da comunidade.

Faz-se necessário envolver a comunidade, não somente em relação aos possíveis empregos, mas também no processo de planejamento e de tomada de decisão, algo que deve ser sempre estimulado pelos gestores através de workshops, oficinas e cursos de capacitação (Fortunato, Silva, 2013, p.127).

Uma carência a ser exemplificada é o não estímulo contínuo de qualificação através de cursos de capacitação no que tange a hospitalidade para as comunidades que já se mantem do turismo, pois maximizaria a satisfação em relação a experiência realizada pelo turista e até mesmo as habilidades e conhecimentos da própria comunidade, sendo um dos intuitos do turismo de base comunitária.

O estado do Tocantins há várias comunidades com potencial para implantação e desenvolvimento de turismo comunitário, existem comunidades tradicionais em diversas regiões do estado, como povoados quilombolas no Jalapão (comunidade Prata, Mumbuca), e comunidades situadas na região de ilha do bananal, essas já trabalham com turismo, recebendo visitantes que de certa forma vivenciam a cultura da comunidade, comercializam produtos artesanais que acabam tendo retorno econômico.

O turismo de base comunitária pode se apresentar como um potencial turístico em que não visará somente o aumento do fluxo de turistas e benefícios rentáveis para um local, mas segundo (SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p.158):

Através do turismo de base comunitária essas populações vêm revalorizando sua identidade cultural, lutando pela manutenção de seus modos de vida, pelo direito à terra, se empoderando, por meio da criação de redes solidárias, de proximidade, por meio da criação de novos vínculos sociais, econômicos e culturais, bem como da valorização da conservação ambiental como um valor intrínseco aos seus modos de vida e não como uma externalidade a ser mercantilizada. (SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p.158).

Contudo, uma possibilidade de implantação do turismo de base comunitária seria com base nas comunidades de Ilha do Bananal no estado de Tocantins, a se pensar nesse tipo de turismo nessas comunidades, os residentes passariam a possuir controle produtivo da atividade em todas as fases do processo, enfatizando o aperfeiçoamento de suas economias através de uma possível

fabricação e comercialização do próprio produto artesanal, modo social de forma associativa, e solidária. É sim uma realização de projetos que garantiria a melhoria de condição de vida local, além da questão da receptividade de turistas ser mais justo. Obviamente além de requerer apoio de atores externos, demanda tempo, e a comunidade precisa está preparada para isso.

Por isso atividade turística tem a necessidade de planejamento para não se preocupar apenas com mercado e questões econômicas, e sim com a necessidade das comunidades, prezando a qualidade de vida da mesma.

2.4 Etnoturismo

Verifica-se a existência de uma gama de denominações que se aproximam do turismo realizado em áreas indígenas, que junto a sua conceituação relacionam-se a conservação ambiental, cultural e a sustentabilidade.

Sob a ótica desta temática, encontra-se o segmento denominado

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (SNPT,1998, p.15).

Devido ao Turismo Cultural ter as mesmas características, se encontra segmentado e se relaciona com o Ecoturismo, que, por sua vez, se ramifica resultando no Turismo Étnico, também conhecido por Etnoturismo, no qual o visitante se depara com os costumes e a identidade de outras etnias (FACO; NEIMAN, 2010 apud MATEUS, 2016). Na concepção do mesmo autor o turismo étnico na prática seria uma atração na qual o turista busca de um vínculo próximo com a comunidade a ser visitada. Neste tipo de turismo

deve-se redobrar a preocupação em não espetacularizar, folclorizar, congelar ou estereotipar as culturas e as tradições, lembrando que as mesmas, como toda e qualquer cultura, estão em processo dinâmico e contínuo de transformação (MATEUS,2016, p.30).

Além disso, deve-se levar em consideração a realidade e as necessidades de cada comunidade para desenvolvimento eficaz da atividade.

Considerando outras definições no que concerne o turismo étnico ou conhecido como etnoturismo

O Turismo Étnico é aquele que está relacionado a tradições e estilo de vida de um determinado grupo, utilizado principalmente para destacar o turismo nas comunidades ou enclaves específicos, em processo de desenvolvimento (OMT, 2003 apud MATEUS, 2016, p.30).

O turismo étnico é alimentado pelo interesse dos visitantes em ter acesso à cultura e ao povo indígena, buscando conhecer os costumes e crenças no próprio ambiente de vivência das comunidades. Para isso, muitas populações selecionam símbolos que conferem ao grupo distinção, tradição e prestígio diante dos fluxos turísticos, utilizando-se de sinais diacríticos que são fundamentais na arena turística (LEAL, 2009, p. 246).

Logo no que tange esse segmento é entendido como parte do turismo cultural e utiliza a identidade e a cultura de determinado grupo étnico como atrativo turístico (FARIA, 2005 apud CORBARI; BAHL; SOUZA, 2016). Seguindo na visão do mesmo autor destaca esse tipo de atividade compõe-se o turismo indígena e o turismo étnico.

Entretanto Faria (2005) e Oliveira e Jesus (2010 apud Corbari; Bahl e Souza p.55) defendem que esse segmento não é desenvolvido apenas pelos indígenas, “pois é um equívoco relacionar o prefixo “etno” apenas a esses povos, esquecendo outras identidades”.

Logo aos conceitos desses tipos de turismo distinguem conforme as concepções de cada autor. Segundo (GREENWOOD,1992 apud CORBARI; BAHL e SOUZA, 2016, p.56) “Entre as atividades do turismo étnico, citam-se as visitas às casas e aldeias/comunidades indígenas, espetáculos de danças e cerimônias típicas, assim como a aquisição de souvenirs e artesanato”. Assim como na visão de (BERGUE; KEYES,1984 apud CORBARI; BAHL e SOUZA, 2016) as comunidades receptoras não só atendem o turista, mais elas são o próprio atrativo.

Portanto de acordo com Lima e Coriolano (2015) é necessário se atentar as várias denominações do turismo em terra indígena que se assemelham entre si como, por exemplo: o turismo étnico, etnoturismo e turismo indígena. Todos eles

significam o mesmo turismo, com diversos segmentos, como por exemplo: o turismo comunitário, o turismo cultural e o ecoturismo, entre outros.

Conforme Lima e Coriolano (2015, p.19) “O turismo comunitário é sempre étnico está associado à realização de atividades turísticas em áreas de grande valor étnico cultural, como aldeias indígenas, colônia de pescadores, comunidades quilombolas, e extrativistas”.

Não pode deixar de mencionar que os povos indígenas passaram por anos de lutas para enfim conseguirem o reconhecimento de suas terras em 1988 pela constituição. Segundo Silva (2015, p.53) “apesar de a constituição reconhecer os índios como cidadãos, estes ainda continuam na luta por seus territórios e por inclusão na sociedade, e por isso buscam o turismo em terras indígenas como forma de autoafirmação”.

Para o mesmo autor o turismo em terras indígenas foi efetivamente concretizado com divulgações realizados pelos órgãos públicos Funai, Embratur, Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1997, que Estabeleceram um programa piloto de ecoturismo em terras indígenas na em que incitavam que alguns povos indígenas verificassem as possibilidades de trabalhar com atividade turística em suas aldeias, com intuito de aproveitar o potencial turístico e cultural presente, além da conservação das áreas que habitam. (GUIMARÃES 2006 apud SILVA, 2015, p.54).

Considerando a mesma vertente sobre o turismo em terras indígenas na visão do referido autor abaixo:

A ideia de trabalhar com turismo em Tis, surgiu quando os povos indígenas perceberam que sua cultura e modo de vida poderiam trazer muitos benefícios para sua comunidade, se tornando um instrumento de afirmação da cultura de seu povo, além de gerar renda, o qual é um dos principais fatores que levam as comunidades a pensar em implementar o turismo em suas Ti's. (LUSTOSA, 2012; GRUNEWALD,1999 e MAURO, 2007 apud SILVA, 2015 p.55)

O interesse a atividade turística se mostra cada vez mais comum e de forma bilateral, além da própria sociedade já se mostrar interessada, algumas comunidades indígenas manifestam interesse sob o turismo. Mas adverte para o mau planejamento e estudo aprofundando sobre o tema pode trazer prejuízos aos receptores deste roteiro (HELD, 2013). Assim como Mateus (2016) afirma que no

que se refere às comunidades tradicionais, cada vez mais os indígenas estão pensando na atividade turística como alternativa menos danosa e mais sustentável para o desenvolvimento do local e seguindo os critérios estabelecidos pelo próprio grupo étnicos.

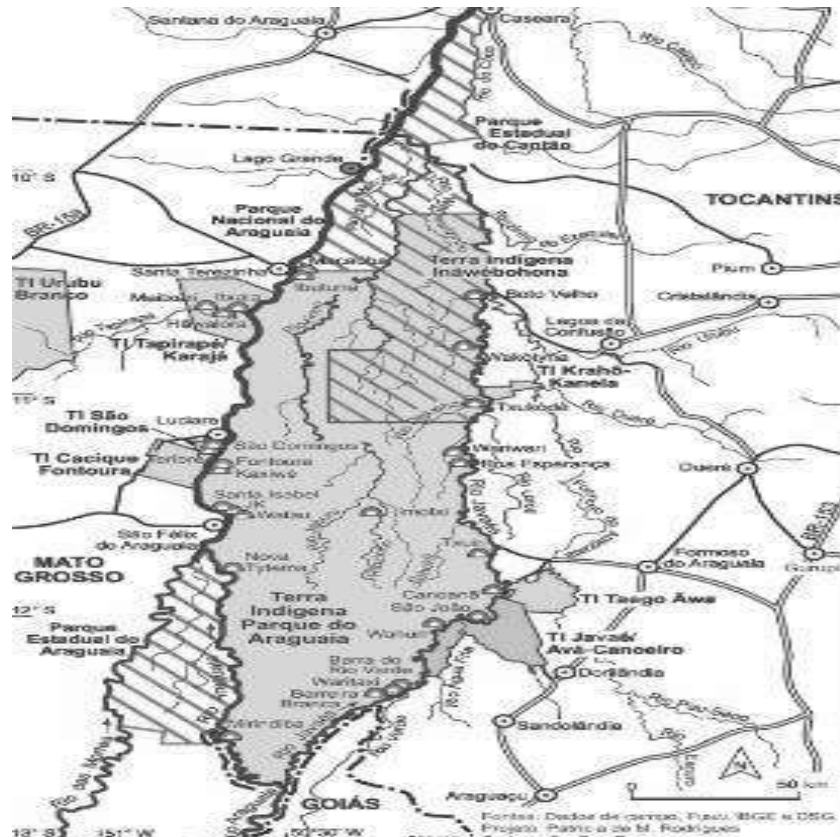
2.4 Ilha do Bananal, Tocantins

A Ilha do Bananal está localizada no Centro-Oeste brasileiro, na região sudoeste do estado de Tocantins, entre os Estados de Mato Grosso, e Pará, abrange no Tocantins a área de alguns municípios como Formoso do Araguaia na parte norte da ilha, Lagoa da Confusão ao centro e Pium na parte sul.

Considerada a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha é formada pelo rio Araguaia e seu afluente rio Javaé. É denominada de *inyolana*, que significa “o lugar de onde surgiram os povos Karajá, Javaé e Xambioá (RODRIGUES, 1999 apud MATTOS, 2013) ou *IjatàÒlonà*, “O lugar de onde surgiram as bananas”, em razão de um bananal nativo (Rodrigues, 2008 apud Zanatto., 2014 p.50).

Hoje a ilha está dividida entre o Parque Indígena do Araguaia (PIA) e Território Iñawébohona. Na qual “moram três povos indígenas: Karajá, Javaé e Avá – Canoeiro (Governo do Tocantins, 2017 p.34)”. O PIA foi criado pelo decreto 59.263 de 1971, mas houve uma retificação do decreto de criação dois anos depois alterando os limites entre os dois parques. Em 1980 houve uma nova alteração, na qual houve novamente uma redução da área e passou a incluir a aldeia karajá Macaúba no PIA que anteriormente não estava dentro dos limites do parque. Entretanto a aldeia Inãwebohoná (Boto Velho) pertencente a tribo Javaé ficou fora da demarcação do parque indígena (RODRIGUES, 2008 apud ZANATTO, 2014, p.56-57).

Figura 1. Mapa da localização Ilha do Bananal e suas respectivas aldeias



Fonte: Patricia deMendonça Rodrigues (2013) adaptado.

A visitação a Ilha do Bananal é de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no que se refere às áreas que vivem a população de índios e criado principalmente para a proteção indígena que vive na região, tendo o maior número de aldeias (GOVERNO DO TOCANTINS, 2017), já de preservação ambiental no Parque nacional do Araguaia é controlada pela do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Ainda em relação ao Parque Nacional do Araguaia, essa unidade territorial que só foi implantado 1959, durante a gestão de Juscelino Kubitschek (JUPIASSU, 2010 apud GOVERNO DO TOCANTINS, 2017) que compreendia totalidade da ilha do Bananal teve sua área reduzida pelo decreto 68.873, de 5 de julho de 1971, sendo destinada a proteção ambiental (ZANATTO, 2014).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo propôs identificar, analisar, e descrever a viabilidade de implantação do turismo de base comunitária na ilha do bananal, a partir da aldeia Boto Velho, no intuito de conferir alguns aspectos da comunidade e do poder público, de forma que este tipo de turismo possa ser implantado.

Para atender aos objetivos propostos, na pesquisa foi utilizada abordagem de cunho qualitativo, que conforme (GOLDENBERG, 1999, p. 14 apud BRANDÃO, 2014 p. 24-25) a atenção do pesquisador é o aprofundamento da compreensão de uma comunidade, organização, instituição e/ou uma trajetória e não representação de números do que é pesquisado. Dessa forma a presente investigação utiliza-se de contato direto com a aldeia Boto Velho, A coleta de dados se dá em primeira instância a partir da análise de documentos sobre o tema, e a segunda tratou-se da coleta de dados *in-loco*.

O estudo possui caráter exploratório e descritivo. Desse modo a metodologia de pesquisa exploratória tem como objetivo levantamentos de fontes de material já elaborado, de experiências, estudos de casos selecionados, sendo esses métodos amplo e polivalente (MATTAR, 2001 apud OLIVEIRA, 2011). A utilização dessa metodologia de pesquisa se deve aos escassos materiais, bibliografias já elaboradas referentes ao turismo de base comunitária dentro do âmbito das comunidades indígenas na ilha do bananal, tendo em vista o potencial dessas comunidades dentro dessa atividade que pode ser primorosa quando aplicada de maneira eficiente. A fim também de contribuir para uma apresentação mais profunda, tanto no campo conceitual, como nas práticas já existentes do que é o TBC com base em outras localidades. Portanto utilizou-se de fonte secundária, Através de pesquisa bibliográfica em artigos, livros, dissertações, e documentos online. Segundo Lage e Milone (2000) esse tipo de pesquisa é pra servir de embasamento teórico no trabalho, uma vez que já foram investigadas anteriormente (...).

Por sua vez a pesquisa descritiva segundo Triviños (1987, apud OLIVEIRA, 2011) afirma que esse tipo de método tem como intenção do pesquisador descrever fatos realistas com exatidão, assim como conhecer

determinada comunidade, suas características e outros fatores que relacionem a cultura.

3.1 Instrumentos e Fontes de Pesquisa

A presente pesquisa adotou como universo de estudo a aldeia de etnia Javaé denominada Boto velho localizada nas proximidades do município de Lagoa da Confusão na Ilha do Bananal e os servidores dos órgãos públicos Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura do Estado do Tocantins (SEDEM), a fim de se ter mais informações e opiniões a respeito da temática.

Como instrumento de coleta de dados desenvolveu-se através de entrevista semiestruturada e observação, referente a entrevista desenvolveu-se com perguntas abertas a fim de obter informações de forma mais espontânea. Este tipo de entrevista se caracteriza por ser uma conversação mais natural por parte de quem está transmitindo a informação, resultando em algo menos engessado, e dando mais liberdade ao entrevistador de ou da continuidade a linha de pensamento do informante (HELD, 2013).

O roteiro de entrevista foi aplicado junto aos órgãos públicos FUNAI E SEDEM e também a um morador da aldeia, uma vez que o cacique não estava presente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os objetivos da pesquisa, a presente análise mostra inicialmente uma breve identificação das tribos residentes da ilha do bananal apresentando o levantamento das etnias existentes, apresentando quem são esses indígenas, suas características e suas ligações com o turismo, a partir de teorias já existentes.

Em seguida são apresentados os resultados obtidos da análise da entrevista coletada em campo, verificando de forma crítica ao turismo, situação e estrutura existente na aldeia Javaé Boto Velho (Inãwèbohona) que conta de acordo com (FUNAI, 2013 apud MATTEO et al., 2016) com população aproximada de 160 pessoas, o acesso a aldeia se dá pelo município de Lagoa da Confusão as margens do rio Javaé, e por fim é apresentado orientações para viabilização do turismo comunitário na aldeia.

4.1. IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA ILHA DO BANANAL

4.1.1 Caracterização das comunidades indígenas da Ilha do Bananal e sua relação com o turismo

Observa-se que no Tocantins os grupos indígenas, são em torno de sete etnias espalhadas pelo estado sendo na ilha do bananal as aldeias Karajá e Javaé, em Itacajá a aldeia Krahô, e nos municípios de Lagoa da Confusão e Tocantinia respectivamente as aldeias KrahôKanela e Xerente (MONTEIRO, 2011).

No Parque Indígena do Araguaia e no Território Indígena Inãwébohona é ocupada hoje segundo Zanatto (2014) por três tribos: Karajá, que vivem na parte ocidental da ilha e o alto Araguaia, os Javaé, que ocupam as margens do rio javaés e o interior da ilha, e os avá-canoeiro, habitando nas aldeias Boto Velho (inãwebohoná) e canoanã.

Todas essas tribos Karajá, Javaé e xambioá tem um modo de vida semelhante, conforme Rodrigues (1999):

Pode-se dizer que Karajá, Javaé e Xambioá possuem a mesma “cultura”, embora haja também diferenças consideráveis entre os três grupos. Tradicionalmente os Karajá habitam a porção ocidental da Ilha do Bananal, enquanto os Xambioá vivem no baixo rio Araguaia, distantes da Ilha do Bananal, sendo conhecidos como os “Karajás do norte”. Os Javaés costumavam viver no interior da ilha, ao longo do rio Javaés e de seus afluentes - este é o nome que o rio Araguaia toma ao contornar o lado oriental da Ilha do Bananal (RODRIGUES, 1999, p. 05 apud GOVERNO DO TOCANTINS, 2016 p.34).

Tanto os Karajá como Javaé vivem nas terras do Araguaia há mais de quatro séculos (GOVERNO DO TOCANTINS, 2016). As principais aldeias karajá são Santa Isabel do morro, aldeia Fontoura e aldeia Macaúba. As outras são aldeias Javaé sendo: Txuirí, Canoanã, Wari-Wari, São João, Cachoeirinha, Barreira Branca, Inãwebohoná (aldeia Boto Velho) e Imotxi (MACIEL, 2004 apud ZANATTO, 2014 p.52).

Portanto assim tem uma breve síntese caracterizando cada etnia pertencente ao Araguaia e ilha como todo:

4.1.1.1 Karajá e Karajá Xambioá

Localizam-se no Tocantins, às margens do rio Araguaia, na ilha do bananal, estão sob-responsabilidade da FUNAI desde a criação do parque indígena do Araguaia em 1971. “São falantes da língua Karajá, que pertence ao tronco linguístico Macro-J (MONTEIRO, 2011)”.

Os Xambioá, também conhecidos como Karajá do Norte, estão divididos em três aldeias localizadas na margem direita do rio Araguaia no município de Santa Fé do Araguaia. Tem língua Karajá, assim como os mesmos e a tribo Javaé da ilha do bananal, porém falam um dialeto específico dessa língua que se chama Xambioá. Devido ao contato forte com a sociedade perderam muito de sua cultura, principalmente o uso da língua entre os mais novos. Eles vivem basicamente da pesca e pequenas lavouras, adquirindo muitos produtos fora da comunidade para completar sua dieta alimentar, por razão da introdução de novos hábitos (Monteiro, 2011).

4.1.1.2 Javaé e KrahôKanela

Localizam-se na Ilha do Bananal, onde as aldeias ocupam a margem esquerda do Rio Javaé. Tendo sua língua oriunda de um dialeto da língua Karajá (Monteiro, 2011).

Estão localizadas no município de Lagoa da Confusão, na Terra Indígena Mata Alagada entre os rios Formoso e Javaé a cerca de 300 km de Palmas. Possuem uma história de luta sofrida na busca pelo reconhecimento como povo indígena e direito a terras (Monteiro, 2011).

Logo diante de toda abundância e riqueza trazidas pelo meio natural, cultura e da vida indígena, encontram-se os potenciais turísticos dessas comunidades dentro da ilha do bananal. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura do Estado do Tocantins. Os povos Karajá e Javaé residentes da ilha do bananal já tem o costume de receber visitantes, mas estão ainda em fase inicial nesse processo.

Nos dias de hoje é comum presenciar grupos indígenas fora de suas aldeias divulgando culturas, artesanatos, danças e rituais, obtendo ganhos sociais e econômicos. No caso dos Karajás dentro do cenário turístico já participam de exposição de suas artes em feiras nacionais. Um dos exemplos dentro do âmbito cultural da etnia são as bonecas ritxokô que são comercializadas como artesanato aldeia Santa Izabel é a maior e o destino da maioria dos turistas.

No que se refere a entrada de pessoas na maioria das terras indígenas há de se ter uma prévia autorização do cacique e da Fundação nacional do índio.

A Funai tem o papel de parceira, fiscalizadora e protetora dos direitos dos indígenas e de suas terras, de acordo com a Funai da cidade de Palmas em 2015 foi lançada a normativa para regulamentação das visitas com fins turísticos nas terras indígenas. A expectativa não é que todas as comunidades entrem no cenário turístico, até porque não há interesse por todas. No entanto há algumas com interesse manifestado, mas não há nenhuma linha de investimento, facilidades disponíveis para que as aldeias possam investir na atividade turística, contudo a Funai junto a parceiros no âmbito governamental está com planos estratégicos para implementação de turismo nas aldeias da ilha do bananal.

Por outro lado, dentro dos objetivos da sedem há o interesse em implantar a atividade turística nas aldeias também, esta advém da demanda dos próprios povos indígenas, e para o órgão é interessante estruturar e fornece suporte para que não aconteça de qualquer jeito e atenda com eficiência esses povos. Assim como para o órgão contribuirá para que possam sair do ambiente de miséria e do discurso de suicídio um fator determinante que fez com que o estado reagisse e começa-se a se preocupar depois que isso começou a ser divulgado, pois é cada vez mais comum encontrar as terras indígenas e sua população dentro do universo urbano, que em muitos casos pode atrair desconhecimento de suas tradições e própria história de seu povo. E o problema surge quando a identidade desse povo passa a desvincular seus costumes e comportamentos da tribo levando muitos indígenas ao alcoolismo e conseqüentemente o suicídio, isso se deriva muitas vezes ociosidade e da facilidade de acesso às drogas e álcool de dos índios e tornando um fator preocupante não só para os líderes indígenas, e o órgão público, mais decepcionar um futuro turista. Para Mattos (2013, p.115) e colaboradores “a organização de vida do povo Javaé na Ilha do Bananal vem sendo modificada tanto nos aspectos ambientais quanto sociais e econômicos, resultado da presença dos “brancos” em suas terras”.

4.2. Condições pré-existentes para o Turismo na aldeia Boto Velho

Os primeiros aspectos a serem observados na pesquisa dizem respeito à população da aldeia que recebem visitantes, mas não tem nenhum projeto estruturado e não tem nada consolidado referente a turismo. Segundo o indígena entrevistado, tem muito turista clandestino, ou seja, não há uma legalização efetiva no que se trata da entrada de pessoas na aldeia, no caso qualquer um tem acesso muitas vezes ilegalmente ao local, e segundo ele poucos vão para se divertir e sim para exploração predatória de animais principalmente peixes ou fazer pesca esportiva na qual ele se disse contra, De acordo com Bessa (2013) a falta de fiscalização não se trata da pesca realizada pelos pescadores profissionais e esportivos na ilha do bananal, na maioria das vezes interfere na diminuição de

peixes e recursos naturais do rio, ocorrendo problemas ambientais e na fonte de subsistência da população Javaé.

4.2.1 Economia e cultura

O sustento da aldeia depende da agricultura, caça e pesca, na qual eles consomem e comercializam os animais sendo os preferidos: peixes e tartarugas. Quanto à alimentação a aldeia mantém uma relação direta com Lagoa da Confusão sendo o município mais próximo, onde o sustento alimentício também é completado com alimentos da cidade. Mesmo que a aldeia se mantenha dessas formas rurais, há algumas pessoas da aldeia que recebem benefícios como bolsa família e aposentadoria.

Na aldeia há também a comercialização do artesanato em que algumas mulheres confeccionam colares, brincos utilizando de matéria-prima como: presa de Jacaré, penas, seda de buriti, bambu, entre outros. Segundo Leal (2007) “O artesanato tem sido um dos principais elementos de reconhecimento oficial dos povos indígenas”, sendo utilizados dentro do cenário turístico. Todavia, Toral (2002, p.33 apud MATTOS, et al, 2013, p.110) menciona que “[...] o artesanato Javaé pelo menor afluxo de turistas à sua região e pelo menor contato com a população regional, é, em termos gerais, menos comercializado do que o Karajá.”

A aldeia Boto Velho além de realizar as vivências, também recebem visitantes durante suas festas que não têm uma data específica sendo o cacique que a determina, sendo convidados tanto as aldeias vizinhas quanto pode contar também com turistas.

Entre essas manifestações culturais, a principal festa é chamada *Aruanã* que segundo o indígena entrevistado tem várias maneiras de brincadeira, sendo uma brincadeira cultural. A dança Aruanã é um ritual que permeia uma história curiosa e misteriosa, pois o rito é coordenado pelo cacique, e sigiloso para as mulheres, no que se refere a história antiga contada nos dias atuais, houve um extermínio de toda a aldeia, só porque uma mulher soube do segredo do *Aruanã*, segundo ele na mata até hoje há três grandes buracos onde as pessoas foram jogadas e queimadas. De acordo com Lourenço (2008) paralelo a essa manifestação cultural mencionada da aldeia e especificamente da população Javaé “situa-se em

oposição assimétrica ao lado do rio, a casa dos homens ou casa de *Aruanã*, onde acesso é proibido às mulheres”.

Outra prática cultural manifestada por essa população é denominada de *Hetohokã* um ritual de passagem para a puberdade reservado aos meninos. Dessa forma esse povo busca resgatar para mostra de seus costumes, pinturas, historias contada pelos anciões indígenas perpassado até os dias de hoje. Contudo “a pintura corporal não é usada frequentemente pelos Javaé, apenas em rituais, como a festa de *Hetohokã* (MATTOS, et al, 2013, p.110)”. Á vista disso, já se percebe nesse caso os processos de reafirmação da cultura na aldeia, a qual remete ao turismo de base comunitária, etnoturismo.

Figura 2. Senhora que faz artesanato (brincos, colares, etc).



Fonte: Beatriz (2018)

Figura 3. Placa explicativa em péssimo estado sobre Inawebohonã



Fonte: Beatriz (2018)

4.2.2 Infraestrutura básica

Em relação à infraestrutura básica, a aldeia conta com energia, possui acesso à tv, posto de saúde com enfermeira branca como citado pelo indígena entrevistado. Há também uma construção escolar, na qual a escola é pertence do poder estadual, os professores ministram as aulas até o primário, na qual as crianças aprendem na língua originaria Javaé para manter a tradição, e quando mais adultos aprendem o português. Assim como não sentem falta d'água por possuir

poço artesiano dentro da aldeia. Mas na contramão dessa estrutura dentro da comunidade, no que se refere à assistência social em geral, em que a responsabilidade deveria provir do poder público, está se encontra ainda precária e inexistente.

Figura 4. Escola da aldeia



Fonte: Beatriz (2018)

Figura 5. Casas da aldeia



Fonte: Beatriz (2018)

Figura 5. Casas da aldeia



Fonte: Beatriz (2018)



Fonte: Beatriz (2018)

4.2.3 Acessibilidade e infraestrutura turística

No que tange à acessibilidade, o acesso até a aldeia se dá pelo município de Lagoa da Confusão, seguindo a pousada praia alta, na qual se tem um guia para realizar a condução até a aldeia. O trajeto percorre estrada não pavimentada e travessia de canoa pelo rio Javaé que durante os períodos de chuva os rios aumentam de volume e grande parte da ilha do bananal fica inundada.

Observou-se desorganização e desestruturação no que diz respeito à infraestrutura turística, na qual o primeiro aspecto a ser levantado é o déficit de segurança durante a travessia que além de não possuir os coletes salva vidas, observou-se também que o índio que conduzia a canoa para travessia estava sob efeito de álcool, tendo em vista que ambos os fatores podem trazer risco para quem há de visitar o local.

Outro fator problemático relaciona-se à desorganização econômica do dinheiro cobrado pela aldeia ao visitante, na qual a destinação do dinheiro recebido pelos turistas, uma vez que o cacique não estava presente, não seria de uso coletivo. O valor inclui a entrada na aldeia mais a gasolina do transporte de travessia já citada. Então há dificuldades quanto ao receptivo, quanto prover o atendimento das necessidades dos visitantes de forma inadequada, sendo este um fator que limita a aldeia dentro do cenário turístico.

Portanto observa-se que a pesca predatória, falta de transporte adequado para travessia, entre os problemas citados, decorre muitas vezes da falta de políticas públicas, pois ao questionar a aldeia sobre o relacionamento entre os mesmos e os órgãos públicos, verificou-se descontentamento, uma vez que a aldeia não recebe nenhum incentivo voltado para o turismo. É relatada também a falta de amparo dos governantes que fazem promessas para a aldeia e não cumprem, deste modo à insuficiência de investimentos e recursos é um entrave para o desenvolvimento turístico.

Ainda foi exposto também pelo indígena entrevistado sobre uma polêmica entre os municípios de Pium e Lagoa da Confusão, que abrange o pertencimento da aldeia para ambos os municípios. Parte desses municípios abrange o Parque Nacional do Araguaia (PNA), que em 2006 limitou alguns hectares de sua área como unidade de conservação (UC), sob tutela do ICMBIO. Consequentemente submeteu-

se uma área sobposta criando-se a Terra Indígena *Inãwébohona*, na qual a aldeia Boto Velho faz parte.

Percebeu-se uma falta de empolgação e de associativismo no que diz respeito à atividade turística por parte do entrevistado da aldeia, sendo o associativismo uma forma de organização com finalidade de conseguir benefícios comuns para a comunidade por meio de ações coletivas, todavia verificaram-se com bons olhos pelo entrevistado, os benefícios que podem ser gerados pelo turismo, promovendo a expansão da cultura Javaé, bem como a preservação e divulgação das necessidades da aldeia.

Conquanto haja vista a realidade situacional da aldeia Boto Velho, compreende-se definir iniciativas para potencializar os pontos fortes da aldeia e minimizar os problemas expostos seria de suma importância, para isso faz-se necessário ações da gestão pública de turismo e dos próprios povos indígenas, pois potenciais turísticos a aldeia tem.

Ainda que se tenha potencial para sua prática, o turismo ainda está dando seus primeiros passos e é amador na aldeia. Tendo poucas pessoas que se dispõe a deslocar-se para o lugar, apesar de ambos os órgãos entrevistados relatarem que há interesse de algumas aldeias da Ilha pelo desenvolvimento da atividade turística.

4.2.4 Projeto de turismo de base comunitária nas aldeias da Ilha do Bananal

O turismo de base comunitária começou a ser pensado nas comunidades indígenas da ilha, primeiramente por um projeto representado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura do Estado do Tocantins (Seden), em parceria com a Funai, o Icmbio entre outras parcerias do estado do Tocantins. Seu foco é no desenvolvimento do TBC nas comunidades quilombolas localizadas na região do Jalapão e os indígenas da ilha, contudo atualmente o projeto está sendo modificado para a compreensão do etnoturismo tendo o referido projeto denominado de turismo de base indígena, Conforme Mateus (2016, p.109) “(...) de acordo com as mudanças ao longo dos anos, percebe-se estar havendo uma junção entre dois segmentos do turismo: o étnico e o de base comunitária”.

Nessa reformulação segundo o servidor da Seden, “o turismo comunitário é difícil de falar em tribos indígenas, eles tem outros estilo de vida”, pois há famílias necessitadas assim como tem as que estão mais avançadas e quando se fala em base comunitária em tese se fala no coletivo e na vertente distributiva, logo não tem como obrigar as aldeias a entrar em projetos da temática, além de que o interesse tem que partir da própria comunidade.

O projeto é uma consultoria afim se ter um diagnóstico de interesse por parte dos indígenas e o que eles têm a ofertar aos turistas, além de ter proposta de atender cada aldeia da ilha com suas especificidades e seus potenciais turísticos (JORNAL DO TOCANTINS, 2017).

Partindo do pressuposto de com a visitação nas Tribos indígenas ajudará na renda e na preservação da cultura e meio ambiente.

4.3. Orientações para o turismo de Base Comunitária na aldeia Boto Velho

Assim como promover o desenvolvimento da aldeia, “Nas perspectivas do Turismo de Base Comunitária devem-se planejar estratégias para amenizar ou antecipar desafios e riscos”. (SOUZA; SANTANA 2015).

Para tanto á aldeia há de ser amparada pelas políticas públicas e privadas para ter acesso à qualificação, palestras de sensibilização sobre a conservação e proteção ao meio ambiente, hospitalidade, recursos para produção de produtos turísticos como o artesanato, conhecimento de mercado e turismo de TBC, pois esse tipo de turismo é importante a participação de todas as esferas pública e iniciativas não governamentais.

Investimento na infraestrutura básica e turística torna-se de suma importância, pois estes contemplam elementos importantes para o visitante, além de necessários á aldeia, como acessibilidade e assistência social.

Contudo a aldeia apresenta pontos positivos, que é a cultura local e suas tradições, as vivências passadas para os visitantes de forma genuína e, além disso, a aldeia está inserida na maior ilha fluvial do mundo, abrangendo uma imensidão de fauna e flora.

Vale salientar que para que haja sucesso nessa atividade é indispensável traçar um plano bem planejado e que contemple a singularidade do povo indígena e de cada aldeia, considerando também a base endógena.

Diante das análises da pesquisa em campo e a partir do referencial teórico, faz-se necessário contribuir com algumas sugestões a serem viabilizadas e realizadas na aldeia, aproximando-se das ações pautadas pela autora Silva (2015).

Quadro 2. Ações Sugestivas para viabilizar o TBC na aldeia

• Elaborar plano de visitação turística conforme a normativa 3/2015
• Realizar palestras com intuito de discutir sobre turismo
• Realizar palestras com intuito de discutir sobre turismo Capacitação da aldeia para que estejam de fato preparadas para turismo
• Prevenir a urbanização da aldeia para não obtenção de elementos que possam prejudicar sua identidade e comportamento como exemplo o álcool
• Elaborar políticas e projetos de modo a incitar iniciativas de tipo de turismo que atendam sustentavelmente a aldeia, além disso, projetos para a valorização do artesanato e cultura divulgando e comercializando externo a aldeia.
• Incentivar estudos na área da Ilha do bananal e especificamente na aldeia Boto Velho, propondo aproveitar os que se tem de potencialidades existentes, além de condicionantes que engajem todo a aldeia no prover de ações para o aprimoramento de infraestrutura básica e turística da aldeia.

Fonte: adaptado de Silva (2015)

Conforme o quadro vale enfatizar que as ações não se limitam a essas propostas, servem de incentivo e base para um trabalho que se forma em longo prazo, conforme a aldeia esteja estimulada envolvida no processo, tais propostas, se bem geridas, é capaz de potencializar o etnodesenvolvimento local, que representa o respeito da autonomia dos povos indígenas, na qual prevê um controle social no desenvolvimento das aldeias, além de garantir a execução de políticas públicas voltadas a esses povos.

Desse modo o turismo de base comunitária se mostra apropriado para colaborar dentro da aldeia boto velho como possibilidade de destino turística, considerando essa opção turística relacionadas trocas de conhecimento e experiências por intermédio da cultura e interesse em preservação.

Apesar da discussão sobre turismo em terras indígenas ser um tema bastante criticado por parte de estudiosos, sendo visto como ameaça sociocultural e econômica. Observa-se ao mesmo tempo em que a atividade vem ganhando uma visão benéfica por parte das comunidades (Leal, 2007). Entretanto há bastantes estudos pertinentes a essas preocupações, na qual se deve ficar atento segundo Silva (2015, p.111) “como a questão de artificialização do contato, capacitação e orientações dos povos que desejam implementar esta atividade, as transformações que esta pode gerar, dentre outras”. Portanto não se deve subestimar a capacidade dos povos indígenas em empreender, gerir o desenvolvimento turístico em suas aldeias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que surgiu os questionamentos acerca dos impactos que o turismo pode acarretar nas comunidades até os debates de sustentabilidade da atividade, que balizam dentro de uma ótica de desenvolvimento sustentável, surgiu-se novos tipos de se fazer turismo, baseado numa vertente apropriada para trazer desenvolvimento para as comunidades, incluindo as indígenas. Dentro dessa perspectiva o turismo de base comunitária que começou a ganhar espaço junto a ações de fomento e políticas que incentivam o TBC, tem em seus princípios a comunidade como protagonista em todo o processo da atividade, além de incitar a qualidade de vida da mesma.

Desse modo os resultados encontrados, apresentam a Ilha do Bananal com uma diversidade étnico-cultural muito rica, além de ser residência de uma gama de tribos indígenas, Retrata também a real situação da aldeia boto velho, tendo em vista que o mesmo é rico em recursos naturais e culturais, verifica-se também a prática de pesca, confecção de produtos típicos culturais, além de viverem de acordo com seus costumes, e valorizando sua identidade, o que oportuniza experiências originais. A aldeia também tem seu diferencial no que tange o acesso, já que é próxima da cidade.

A atuação do poder público do Tocantins foi identificada também por meio de projetos, planos estratégicos incipientes ainda, direcionados às comunidades da ilha interligando ao turismo de base indígena.

No entanto diante aos problemas como a carência de políticas públicas focalizada nas necessidades da aldeia, pesca predatória, mais falta de qualificação, atendimento e meios de apoio ao turismo insuficiente, infraestruturas básicas precárias, também se faz necessário pensar sobre a segurança do local que se mostra insatisfatório, como forma de evitar possíveis acidentes e complicações relacionados a drogas, álcool e conseqüentemente o suicídio dos próprios índios.

Além disso, percebeu-se também que não há nenhuma cooperação ou uma forma de associativismo em turismo pela falta de consciência da aldeia em relação a atividade turística, logo há de se realizar associação da aldeia para a melhor captação da renda recebida, além de estarem em fase amador dentro do cenário turístico, Porém afirmar literalmente que a aldeia não possui potencial turístico é um

equivoco, pois como já visto a aldeia já reúne algumas condições primárias para a implantação do TBC, apesar das experiências de turismo de base comunitária na ilha e principalmente no que se refere à aldeia indígena Boto Velho serem ainda uma realidade inexistente.

No entanto acredita-se que estes obstáculos podem ser sanados por meio de um comprometimento conjunto entre setor público e a comunidade por intermédio de um planejamento participativo, que envolvam ações concretas direcionadas a lógica de turismo de base comunitária, e estimulando á mesma como incentivo para que a aldeia se organize para buscar as transformações almejadas.

Além de aprimoramento do atendimento das necessidades básicas da aldeia, preocupando-se primeiramente na qualidade de vida da população local, pois em síntese para que o turismo gere benefícios para a comunidade deveria se basear nos princípios de desenvolvimento sustentável na qual prioriza, para depois pensar em atender o mercado consumidor.

Para servir de base para futuras pesquisas, há tais questionamentos: o turismo de base comunitária será capaz de se estruturar em comunidades indígenas sem estrutura, que possuem necessidades mais urgentes a suprir?

Logo os resultados da pesquisa sugerem que o TBC se mostra como uma alternativa viável na aldeia Boto Velho. Na possibilidade de trabalhar com atividade turística dentro se sua terra expandindo suas manifestações culturais, festas e modo de vida, e tornar oportunidade de afirmação cultural e geração de renda. Todavia o caminho a ser percorrido, caso de fato venha a ser implantado o TBC, é necessário esforços e maiores investimentos nas problemáticas a fim de melhorá-las, e acima de tudo. As iniciativas demandarem da própria aldeia.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO et al. **Segmentação no setor turístico: O turista LGBT de são paulo**. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 5, n. 3, p. 493-506, SET./DEZ. 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/index.php/reaufsm/article/view/3852> >. Acesso em: 15/Nov/2017

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRANDÃO, J.O.S. **turismo de base comunitária: Ressignificando a concepção de comunidade**. 2014. 214p. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/17983> >

BRASIL. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Turismo Cultural: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf > Acesso em: 05/jan/2018

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Caderno_MTur_alta_res.pdf> Acesso em: 17/abril/2017

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

CORBARI, S.D.; BAHL, M.; DE SOUZA, S.R. Reflexões sobre conceitos e definições atinentes ao turismo envolvendo comunidades indígenas. Investigaciones Turísticas. n°12, pp.50-72, 2016. ISSN: 2174-5609. Disponível em: < <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/61310> >. Acesso em: 05.jan.2018

CORIOLO, L. N. M. T. O. O Turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009. Acesso em: 12 dez 2017

ESPÍNOLA, R, S; ANDRADE, M, O, de. **A produção do Turismo no Capitalismo Contemporâneo: O Mercado de Resorts do município de Conde (PB)**. Idéias, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 121-140, jun. 2015. ISSN 2179-5525. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649432>>.
Acesso em: 21/nov/2017

FORTUNATO, R.A.; SILVA, L.S. Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr-2013, pp.123-138. Disponível em: < <http://sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/481> > Acesso em: 30/maio/2017.

FREIRE, L.S. **O turismo de base comunitária como alternativa de desenvolvimento local: o caso de Curuçá - Pará**. 2013. 112p. Disponível em: < <http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/1768> > Acesso em: 21/abril/2017

Gómez, C, R.P. ET AL. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 13, N° 5. Págs. 1213-1227. 2015. ISSN 1695-7121. DISPONIVEM EM: < http://www.pasosonline.org/Publicados/13515/PS515_15.pdf >. Acesso GOVERNO DO TOCANTINS. **Governo do Estado incentiva atividade turística de Base Comunitária**. 2017. Disponível em: < <http://secom.to.gov.br/noticia/2017/3/23/governo-do-estado-incentiva-atividade-turistica-de-base-comunitaria/> > Acesso em: 10/dez/2017

HELD, Almir de Amorim Von. **Turismo em terras indígenas: atravessando o portal com respeito**. 2013. 175 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/14714> > acesso em: 10/jan/2018
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Plano de desenvolvimento do turismo em Lagoa da Confusão**. Palmas, 2015.78p.

IRVING, M. D. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
LAGE, B. H.G; MILONE, P. C (Org.). **Turismo: teoria e pratica**. São Paulo: atlas, 2000.

LEAL, ROSANA EDUARDO DA SILVA. O turismo desenvolvido em territórios indígenas ou ponto de vista antropológico. **Caderno virtual de turismo**, V.7,pp.17-25,2007.ISSN: 1677-6976. Disponível em: < <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/204> >. Acesso em: 09 jan. 2018.

LIMA, D, S; CORIOLANO, N. Turismo Comunitário em Terras Indígenas no Estado do Acre: a Experiência do Festival de Cultura Indígena Yawanawá. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET**, [S.l.], p. 17-25, dez. 2015. ISSN 2238-2925. Disponível em: <<https://abet.ufff.emnuvens.com.br/abet/article/view/2909>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

Ministério do Turismo. Segmentação do turismo e o mercado. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf > ACESSO EM : 06.dez.2017

Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade. Brasília, 2007. Disponível em: < http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/turismo_e_sustentabilidade.pdf >. Acesso em: 06.dez.2017

ANSARAH, M. G.R. **Turismo: segmentação de mercado**. 6ªED. São Paulo: Futura, 1999. 208 p.

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitária na América Latina: gênese, características e políticas**. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

MATEUS,C,A,P. **O turismo étnico como ferramenta para o etnodesenvolvimento da aldeia Tabaçú Reko Ypy, Itanhaém-Peruíbe, SP**. 2016. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba, 128 f.: 30 cm disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9198> > acesso em: 28/dez/2017

MATTEO, K, C. et al. Secretaria do Planejamento e Orçamento (Seplan). Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Gerência de Indicadores Econômicos e Sociais. **Zoneamento Ecológico-Econômico. Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins. Populações Tradicionais**. Palmas: Seplan, 2016.

MATTOS, Maria Leci de Bessa; COSTA MATTOS, Paulo Henrique; CARNIELLO, Monica Franchi; ARAÚJO, Elvira Aparecida Simões de. **O povo indígena javaé da ilha do bananal-to: uma análise sobre o desenvolvimento dessas comunidades**. Rev. Cereus, v. 5, n. 3, p.101-116, ISSN: 2175-7275, set-dez./2013, UnirG, Gurupi, TO, Brasil. Disponível em: < <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/101> > acesso em: 15/Nov/2017

MEDAGLIA, Juliana; MAYNART, Karla; SILVEIRA, Carlos. A Segmentação de Mercado e a Demanda Turística Real em Diamantina/ MG e Região. REVISTA ACADÊMICA OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TURISMO, [S.l.], jan. 2013. ISSN 1980-6965. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.br/index.php/raoit/article/view/3467>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MIELKE,E,J,C; PEGAS,F,V. **Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão**. Revista Turismo em Análise. Vol.24, n.1.2013. ISSN 1984-4867. Disponível em: <

<https://search.proquest.com/openview/84b2761e32acaae29920c048b12b13f5/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2032055> > Acesso em: 12/agosto/2017

MONTEIRO, H.S.R. **Magistério indígena: contribuições da etnomatemática para a formação dos professores indígenas do Estado do Tocantins**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém. Disponível em: <http://www.etnomatematica.org/publica/trabajos_maestria/DISSERTA%C3%87%C3%83O-hsrm.pdf> acesso em: 10/Nov/2017

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica: Um manual para a realização de pesquisas em administração**. 2011. 72p. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/44956315/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1503087262&Signature=wcYd6Lf%2BF30zAKAjKmJFvLLkP1Y%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DUNIVERSIDADE_FEDERAL_DE_GOIAS_CAMPUS_CAT.pdf> Acesso em: 07/Agosto/2017

Órgãos debatem etnoturismo na Ilha do Bananal. *Jornal do Tocantins*, Palmas, 23 novembro. 2017. Disponível em: <<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/estado/%C3%B3rg%C3%A3os-debatem-etnoturismo-na-ilha-do-bananal-1.1400898>> Acesso em: 28/ Nov/2017

PINTO, P, M. **Políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais: perspectivas conceituais**. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* [online]. 2007, vol.2, n.1, pp.11-22. ISSN 1981-8122. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222007000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04/set/2017

SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

SILVA, RAMIRO e TEIXEIRA. **Fomento ao turismo de base comunitária**. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

SILVA, V.C. **O turismo de base comunitária como vetor de etnodesenvolvimento: a comunidade Mebêngôkre- Kayapó na terra indígena Las Casas- Pará**. 2015.136f. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20968>> Acesso em: 30/maio/2017

SOUZA, A, P, P. **Tendências e estratégias varejistas: o comercio varejista na cidade de Manaus.** 2011.52f. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/3022>>. Acesso em: 09/Agosto/2017

SOUZA, R.P; SANTANA, L. Possibilidades apartir doturismo de base comunitária na contra costa da vera cruz– Distrito de baiacu – BA .**Revista de Iniciação Científica – RIC Cairu.** jan 2015, Vol 02, nº 01, p. 0 1-13. Disponível em: < http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/1/POSSIBILIDADES_PARTIR_TURISMO_VERA_CRUZ.pdf> Acesso em: 09/Agosto/2017

ZANATTO, Vinícius Galvão. **Conflitos institucionais em territórios indígenas: o caso das terras indígenas da Ilha do Bananal e o Parque Nacional do Araguaia - TO.** 2014. Monografia (Bacharelado em Geografia)—Universidade de Brasília. Disponível em: < <http://bdm.unb.br/handle/10483/9872> > acesso em: 10/Nov/2017

ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO AS COMUNIDADES E GESTÃO PÚBLICA DA REGIÃO DE ILHA DO BANANAL, ACERCA DA POSSÍVEL VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ALDEIA BOTO VELHO.

APÊNDICE A - Entrevista direcionada à aldeia indígena:

1. Tem algum interesse em trabalhar com turismo junto a aldeia?
2. Você gostaria de receber visitantes/turistas na sua região? Por quê?
3. Já ouviu falar em turismo comunitário? Você tem conhecimento do que é turismo de base comunitária?
4. Como você gostaria de trabalhar com os visitantes?
5. Qual o principal motivo de vocês quererem o turismo na aldeia?
6. O visitante tem acesso às manifestações culturais (celebração, música, dança rituais espirituais ou religiosos, tradições orais, mitos, lendas)? Como?
7. Quais as principais manifestações culturais da aldeia?
8. Você sente necessidade de uma infraestrutura básica na aldeia? Em quais setores?
9. O que vocês querem ou oferecem para os visitantes?
10. Como é que comunidade trabalha a questão conservação e preservação da cultura, da identidade local, bem como o meio ambiente? Explique?
11. Como é a relação entre a comunidade e o município/ prefeitura que atua localmente?
12. Existe alguma política pública que beneficie a comunidade?
13. O que você sugere para estimular a participação da aldeia no desenvolvimento do turismo de base comunitária na aldeia?
14. Quais as atividades que matem o sustento da aldeia?
15. Vocês recebem algum incentivo reforço para alguma atividade produtiva? Qual?
16. Você acha que turismo de base comunitária ele pode trazer melhorias benefícios para a aldeia?
17. Vocês produzem e comercializam algum produto típico?
18. Como se dá acessibilidade da aldeia?
19. Quais as dificuldades que a aldeia enfrenta ou está enfrentando para que o turismo venha a ser implantado?
20. Há alguma proibição ou recomendação ao visitante que vem ou aos futuros que virão?

APÊNDICE B - Entrevista direcionada aos Gestores Públicos (Sedem e Funai) :

1. Existem comunidades indígenas que vivem ou que aderem ao turismo na Ilha do Bananal?
2. Existe algum programa, plano ou projeto de desenvolvimento do turismo na ilha do bananal? Se sim, quais são? Se não, quais as razões para que esta atividade não exista?
3. Como tem sido a participação dos órgãos público (Funai, Seden) da região no desenvolvimento do turismo nas comunidades?
4. Quais são os incentivos ou facilidades disponíveis para que a comunidade local possa investir na atividade turística?
5. O que acham da possibilidade de implantação do turismo de base comunitária como segmento e fonte de benefícios em certas comunidades da ilha?
6. Existem programas de qualificação e de conscientização da comunidade local em matérias de conservação ambiental, cultural, bem como, em relação às vantagens e desvantagens do turismo?
7. qual o papel da Funai/sedem em relação as ações realizadas nas comunidades indígenas da ilha do bananal?